



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Câmara homenageia Marielle

Uma sessão solene na Câmara dos Deputados lembrou os seis anos do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. A sessão já estava marcada antes da operação da Polícia Federal que prendeu os irmãos Brazão e o ex-chefe da Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa no domingo. Única parlamentar do DF a participar, Erika Kokay creditou ao governo Lula a elucidação do caso. "Ao derrotar a extrema-direita nas últimas eleições, o povo brasileiro possibilitou que hoje tivéssemos os mandantes presos. A primeira tarefa da Câmara é validar a prisão do miliciano que tem mandato como deputado", disse, antes da decisão ser adiada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

Gabinete Erika Kokay/Divulgação



Kayo Magalhães/CB/DA Press



Defesa de Brazão tenta sensibilizar deputados com prerrogativas de todos

O advogado Cleber Lopes, que assumiu a defesa do deputado Chiquinho Brazão (Sem partido-RJ), falou aos parlamentares na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre uma suposta invasão das prerrogativas de todos os congressistas. Tocou em dois pontos que podem atingir qualquer deputado e senador. A primeira é a impossibilidade, segundo a Constituição, de prisão de parlamentares, salvo em flagrante de crime inafiançável. Em relação ao homicídio de Marielle Franco e Anderson Gomes — sem aparo de fiança — não houve flagrante. O criminalista alegou ainda a incompetência do STF para processar e julgar legisladores federais por crimes ocorridos antes do início do mandato. É como se dissesse no Congresso: "E se fosse com você?"

Vitória

Apesar de não garantir a liberdade de Chiquinho Brazão, o pedido de vista do deputado Gilson Marques (Novo-SC) na CCJ é uma vitória para o parlamentar que se defendeu, já de cabeça raspada, via videoconferência direto do presídio federal de segurança máxima de Brasília. Se não tinham coragem de relaxar a prisão, deputados de extrema-direita, pelo menos, não avalizaram a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Para que o caso volte a debate na CCJ, é preciso que haja antes duas sessões no plenário, mas, em meio a um feriado partidário e com a janela partidária da próxima semana, o debate pode demorar a voltar à comissão.

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Pedido atendido

O governador Ibaneis Rocha (MDB) atendeu ontem a uma antiga reivindicação dos policiais penais. Ele aprovou a reestruturação da carreira e os incluiu no reajuste de 18% concedido às demais forças de segurança do DF.

Governo

O senador Izalci Lucas disse, por sua assessoria, que planeja concorrer ao governo do DF em 2026 e não ao Senado, como apontou a coluna ontem. A filiação dele ao PL será hoje, no Minas Hall, às 18h.

À QUEIMA ROUPA



ADVOGADA
MARÍLIA GABRIELA
BAMBRILLA



Não vale tudo, não"

Qual foi seu sentimento ao ser agredida por um promotor de Justiça, durante júri em Alto Paraíso em que foi chamada de "feia"?

Meu sentimento no primeiro momento foi de surpresa e, logo em seguida, quando a jurada se levantou e se manifestou dizendo que não iria mais participar daquela sessão, foi que a minha ficha caiu: de que a ofensa tinha sido a mim, gravíssima, e a todas as mulheres. E depois de tudo passar, quando você para e reflete, fui ouvir o áudio novamente... Não acredito que aconteceu comigo.

Acha que o promotor quis desestabilizá-la durante o julgamento?

Eu não acredito que ele estivesse tentando me desestabilizar porque naquele momento nós estávamos debatendo uma questão técnica e, como repito, fui surpreendida. Não houve nenhuma desestabilização da minha parte, como eu não acreditei que aquilo ali fosse possível de acontecer.

Dizem que o júri é um teatro com performances dos dois lados. Até onde a defesa e a acusação podem ir para defender suas teses?

Isso é um erro, um equívoco que se propaga sobre que o plenário do júri seja um teatro. Muito pelo contrário. As partes devem ser tecnicamente preparadas. Nós estamos falando de sete jurados leigos, que não conhecem a lei, de fatos e vidas que serão julgados por aquele conselho de sentença, aquele júri é popular e não é um teatro. Então, nós precisamos informar à população que aquela defesa deve ser tecnicamente preparada e todos os participantes devem ser muito responsáveis no exercício de suas atribuições, principalmente em consideração aos jurados que são juízes leigos.

E qual é o limite?

O limite da defesa e da acusação para defender as teses são os

direitos e garantias fundamentais e o próprio Código de Processo Penal. Nós temos regras muito claras e uma jurisprudência bastante avançada e atualizada do que deve ser feito diante de uma sessão plenária, principalmente com a nossa Constituição Federal que determina que no júri nós temos que garantir o princípio da plenitude da defesa. Todos devem seguir o princípio da legalidade, do respeito, da urbanidade, das regras éticas.

A decisão de uma jurada que se levantou e disse que não continuaria no julgamento diante da postura ofensiva do promotor mostra que não dá para usar o "vale tudo"?

Eu exalto a postura da jurada que demonstrando sororidade não suportou as ofensas dirigidas a mim e sofridas por mim. É interessante que isso é o reflexo da nossa sociedade porque é um júri popular e uma demonstração de que não vamos aceitar, e aquela jurada não aceitou naquele momento, naquele ato solene esse tipo de ofensa. Ficou claro que não vale tudo, não.

Pretende tomar alguma medida legal?

As medidas legais nesse primeiro momento serão tomadas pela Abracrim (Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas), pela OAB Nacional, do DF e de Goiás, e estou estudando com a minha banca quais são as medidas para defender os meus direitos que foram violados

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

FIM DA LINHA / José Antônio Silva estava foragido desde 2019 quando foi denunciado por casos de pedofilia no Guará. O homem foi encontrado em um hospital de Foz do Iguaçu com suspeita de morte cerebral

Abusador de crianças é localizado no Paraná

» GIULIA LUCHETTA

Antigo morador do Guará, um catequista condenado a 162 anos de prisão por abuso de crianças no Distrito Federal foi localizado no Paraná. Ele está internado em um hospital de Foz do Iguaçu com suspeita de morte cerebral. José Antônio Silva, 51 anos, se encontrava foragido desde julho de 2019, investigado por ter molestado ao menos 20 vítimas, de 4 a 12 anos. Sua identificação ocorreu segunda-feira numa ação conjunta entre policiais civis do DF e do Paraná.

O abusador teve o nome incluído na lista vermelha da Interpol (a polícia internacional) devido à suspeita de que havia deixado o Brasil, há cinco anos, após ter a prisão preventiva decretada devido aos crimes que cometeu. A investigação sobre as denúncias de que era alvo prosseguiu enquanto ele estava desaparecido. A identificação de seu paradeiro foi possível graças a seu número de registro geral (RG), informado em seu

cadastro, depois de dar entrada na unidade de terapia intensiva (UTI) do centro médico paranaense.

Segundo Anderson Espíndola, delegado-chefe da 4ª Delegacia de Polícia do Guará, há indícios que confirmam a identificação do criminoso. "A Polícia Civil (do Paraná) foi ao hospital, onde recebeu a informação de que o autor (dos delitos em Brasília) estaria sob morte cerebral. Encaminhamos hoje (ontem), pela manhã, a ficha individual datiloscópica, com as digitais do José, e estamos aguardando uma resposta da polícia técnico-científica do Paraná, confirmando se é ele ou não. A priori, parece ser", explicou Espíndola, que completou: "Conseguimos a informação de que havia familiares com ele no hospital".

O homem chegou a ser transferido para outro hospital, no mesmo estado, para passar pelo procedimento de constatação da morte cerebral. Ainda não há informações sobre o que motivou a gravidade do seu estado de saúde ou em quais circunstâncias foi levado à unidade de saúde.

"Pedimos à Polícia Civil do Paraná e à Delegacia da Mulher de Foz do Iguaçu para providenciar estas informações", disse o delegado.

O delegado Douglas Fernandes, que conduziu as investigações dos crimes contra os menores em 2019, na 4ª DP do Guará, informou que o resultado da perícia dos dados do autor poderá levar até 30 dias, mas que já há elementos suficientes para reconhecer o criminoso. "Normalmente leva um prazo de 30 dias para realizar o confronto dos dados, com as digitais dele que enviamos, porque ele é identificado no DF, mas não no Paraná. A Polícia Militar foi até o local e o identificou pelo CPF também", relatou.

O caso

José Antônio Silva foi condenado a 162 anos e nove meses de prisão. As denúncias indicaram haver ao menos 20 vítimas, mas alguns casos prescreveram ao longo da investigação.

Os abusos cometidos por Silva foram revelados no início de

julho de 2019, quando a Justiça ordenou sua prisão preventiva. As investigações haviam começado três meses antes, após a primeira acusação, feita por um sobrinho dele. As apurações revelaram que os principais alvos eram meninos com idades entre 4 e 12 anos. Os crimes teriam ocorrido ao longo de quase duas décadas contra crianças residentes no Guará. A revelação gerou repercussão, especialmente porque algumas delas frequentavam a escolinha de futebol voluntariamente conduzida pelo acusado em uma quadra esportiva pública da região. Além disso, vários desses menores de idade eram seus parentes.

"Ele não utilizava de violência, nem de ameaças, apenas da palavra. E convencia as crianças a achar que aquilo era uma situação normal. Também as orientava a não dizer o que ocorria para ninguém", explicou o delegado Douglas Fernandes. "Tanto que os fatos só vieram à tona depois que as crianças da época se tornaram adultos", comentou.

Silva dava aulas na paróquia

Material cedido ao Correio



Silva teria abusado de mais de 20 crianças por quase duas décadas

Divino Espírito Santo, na QE 34, e organizava jogos de futebol em quadras esportivas das QEs 38 e 40. Após conquistar a confiança dos pais, passava a presentear as crianças. Segundo Fernandes, o homem atraía as vítimas para sua residência, quando a esposa estava no trabalho. "Ele as levava para o quarto dizendo que mostraria um videogame, um jogo, e então começava a acariciá-las, a fazer atos libidinosos. Ele buscava

satisfazer a lascívia dele e elas não sabiam o que estava acontecendo", relatou o delegado.

"Ele era uma pessoa, digamos assim, acima de qualquer suspeita, rodeada de crianças e que frequentava a igreja e a escola. Ele praticou diversos crimes antes da descoberta do fato. Agora, chegou-se a esse possível desfecho, se for confirmada a identidade dele em Foz do Iguaçu", concluiu o policial.